

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
(PRIVACY AND PERSONAL DATA PROTECTION POLICY)

A **CALAZANS ROSSI**, sociedade denominada CALAZANS E ROSSI ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ sob nº 03.758.348/0001-30, (“CALAZANS ROSSI”, “CALAZANS ROSSI ADVOGADOS” ou “Escritório”) e perante a OAB/MG sob o nº. 977, com a preocupação e compromisso em salvaguardar a segurança da informação e a privacidade de dados pessoais, calcados nos alicerces da Inteligência Jurídica, da Capilaridade e Abrangência, da Pessoalidade e Proximidade e do *Compliance* estabelece a presente **POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS** (“Política de Privacidade” ou “Política”) para informar e demonstrar como e com qual finalidade poderá ocorrer o Tratamento dos Dados Pessoais fornecidos ao Escritório, de acordo com a legislação específica aplicável, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº. 13.709/2018).

Ao longo de 25 anos, a CALAZANS ROSSI ADVOGADOS desenvolveu sua trajetória construindo histórias de sucesso e, hoje, é reconhecido no cenário mineiro como sendo o maior escritório de cuidado e atenção à Saúde Suplementar do Estado.

Com o anseio de revolucionar o jeito de se entender a saúde suplementar, mas não somente, no trabalho da promoção de soluções nas mais diversas áreas do direito com o mesmo empenho e dedicação, atuando nas áreas do direito trabalhista, empresarial, minerário, civil, dentre outras, a CALAZANS ROSSI conta com uma equipe multidisciplinar de profissionais talentosos e encorajados a aceitarem novos desafios e preparados para atender os clientes em todas as suas demandas com excelência, profissionalismo, respeito e transparência.

A CALAZANS ROSSI tem sua sede em Belo Horizonte/MG e conta com escritórios associados e colaboradores em todas as cidades do país, atuando de forma direta e eficiente em qualquer comarca e região do Brasil.

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

Atenta, portanto, ao desafio das mudanças que ocorrem no mundo corporativo, a CALAZANS ROSSI, fincada no pilar do *compliance*, pauta o trabalho na ética e transparência, em conformidade com as regras e legislações aplicadas a cada processo.

Além disso, o Escritório cuida para que todos os parceiros sigam as mesmas diretrizes estabelecidas internamente a fim de adequá-los à realidade do escritório, dos nossos clientes e das leis vigentes no país.

Esta Política de Privacidade possui como objetivo informar clientes, parceiros, fornecedores, usuários do site, demais titulares de dados, bem como quaisquer partes interessadas, como os dados pessoais serão tratados pelo Escritório.

Recomenda-se a leitura atenta desta Política de Privacidade, sobretudo antes do início do seu relacionamento com a CALAZANS ROSSI ADVOGADOS. É crucial que a presente Política seja interpretada de forma sistemática, em conjunto e de acordo com qualquer outro documento, contrato ou termo de privacidade que a acompanhe ou seja disponibilizada em seu favor, conforme o caso, sem prejuízo do sigilo profissional/confidencialidade aplicável ao relacionamento do Escritório e seus *stakeholders*, em observação à Lei nº. 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”), à Lei nº. 9.613/1998 (“Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro”), à Lei nº. 8.906/1994 (“Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil”) e as disposições do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil.

A CALAZANS ROSSI atuará como controladora ou operadora de dados pessoais, a depender da operação, relação, situação ou contrato, relacionado ao Tratamento de Dados Pessoais. Reitera-se, na oportunidade, o compromisso de que os processos que envolvam a coleta de dados pessoais seguem rigorosamente as determinações dos órgãos diretivos e fiscalizadores, em especial a ANPD - Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o CNPD - Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, o CNJ - Conselho Nacional de Justiça e a CGJ - Corregedoria Geral de Justiça.

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

Nossos sócios, associados e funcionários têm conhecimento desta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e a violação das normas previstas poderão acarretar sanção disciplinar. Todos assinam um Termo de Confidencialidade (*non disclosure agreement*) e são orientados a atuarem apenas dentro dos fins e limites especificados na legislação reguladora.

Caso tenha qualquer dúvida sobre o conteúdo desta Política, entre em contato com nosso Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (*Data Protection Officer - DPO*) pelo endereço eletrônico dpo@calazansrossi.com.br.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - CONCEITOS, NOMENCLATURAS E DEFINIÇÕES

1.1 A Lei nº. 13.709, denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, publicada em 14 de agosto de 2018, regulamenta o controle e tratamento de dados pessoais e sensíveis, inclusive nos meios digitais, dos usuários titulares, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (art. 1º).

1.2 A seguir, demonstra-se alguns principais conceitos contidos na LGPD (art. 5º):

- **Dados pessoais:** informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável. Exemplos: nome, endereço, telefone, CPF, data de nascimento etc.
- **Dados pessoais sensíveis:** elementos sobre a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- **Tratamento de dados:** toda e qualquer operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento,

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

- **Controlador de dados:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Operador de dados:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de Tratamento.
- **Anonimização:** utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do Tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, em relação a um indivíduo.
- **Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD:** órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional.
- **Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou *Data Protection Officer* - DPO:** pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD. No caso da CALAZANS ROSSI ADVOGADOS, o encarregado de dados responsável é o (a) Sr. (a) **BEATRIZ RIBEIRO VIEGAS**, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº. 77.976, com igual endereço profissional ao Escritório e cadastrado (a) no endereço eletrônico dpo@calazansrossi.com.br.

1.3 Por fim, o tratamento de dados pessoais deve, obrigatoriamente, seguir os seguintes postulados e princípios (art. 6º, LGPD):

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

I - **Boa-fé** (Código Civil, Lei nº. 10.406/02, arts. 113, 187 e 422): “O princípio da boa-fé objetiva está intimamente ligado não só à interpretação do negócio jurídico, [...] mas também ao interesse social da segurança das relações jurídicas, uma vez que as partes devem agir com lealdade, retidão e probidade [...]” (DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 195)

II - **Finalidade**: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

III - **adequação**: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

IV - **Necessidade**: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

V - **Livre acesso**: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

VI - **Qualidade dos dados**: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VII - **transparência**: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VIII - **segurança**: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

IX - **Prevenção**: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

X - **Não discriminação**: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

XI - **responsabilização e prestação de contas**: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - COLETA, TIPOS E FONTES DE DADOS

2.1 No âmbito das relações entre o titular de dados, o controlador, o operador e todas as demais pessoas envolvidas na cadeia de disponibilização e coleta de dados pessoais, na prestação dos serviços jurídicos, a CALAZANS ROSSI poderá tratar os seguintes dados pessoais, inclusive de outros envolvidos, nos casos de partes em processos judiciais, sempre nos limites da legislação específica:

- **Dados de identificação/qualificação e relacionais**: nome completo, data de nascimento, nacionalidade, naturalidade, idade, estado civil, dados de documentos (v. g. título de eleitor, RG, CPF, CNH, OAB etc.), endereço físico, endereço de *e-mail*, número de telefone/celular, estrutura familiar, relacionamentos, dentre outros.
- **Dados acadêmicos e profissionais**: profissão, cargo, empresa/órgão/entidade que trabalha, escolaridade.
- **Dados financeiros e patrimoniais**: remuneração, extrato de transações, contas, aplicações financeiras, créditos, vendas, inscrição no INSS, certidões públicas e privadas, titularidade de bens.

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

2.2 Os dados pessoais listados apenas são tratados em determinados casos e operações, quando necessário e conforme finalidade específica, notadamente para a prestação de serviços jurídicos, reiterando-se que o tratamento somente se dará segundo as regras e condições elencadas nesta Política.

2.3 A coleta se dá de diferentes formas, seja diretamente pelo próprio titular dos dados (exs.: cadastro em *newsletters*, envio de currículo, preenchimento de formulário de contato etc.), por algum relacionado (exs.: empregador, familiar, por meio de processos judiciais etc.), automaticamente por meio do *website* ou acessados de fontes públicas disponíveis.

2.4 A responsabilidade pela veracidade dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis informados são dos próprios titulares. Quando informados por terceiros, estes devem se certificar que possuem autorização para fazê-lo.

2.5 A CALAZANS ROSSI não coleta dados pessoais sensíveis por meio de seu *website* a menos que os titulares ou terceiros expressamente o façam, resguardando a responsabilidade do Escritório nas referidas hipóteses, pelo que os declarantes consentem com o tratamento dos dados nos termos da presente Política. Os dados sensíveis eventualmente coletados por outros meios, serão igualmente tratados na finalidade específica veiculada por esta Política.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - FINALIDADES DE USO E TRATAMENTO

3.1 Majoritariamente, o tratamento de dados pessoais pela CALAZANS ROSSI é realizado com a finalidade de perfazer o seu objeto social, em prol do atendimento ao cliente e precipuamente na prestação de serviços jurídicos baseados na assessoria consultiva ou contenciosa, em conformidade à legislação aplicável (art. 11, LGPD), os quais se exemplifica, de modo não exaustivo:

- Prestação de serviços jurídicos contratados pelo cliente para defender seus interesses em processos judiciais, administrativos/extrajudiciais e arbitrais, bem como em âmbito consultivo;

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

- Negociação, elaboração, reedição e revisão de contratos em geral, inclusive faturamento e cobrança;
- Execução ou participação em auditorias empresariais e de operações correlatas, com análises de risco e prognóstico (*due diligences*);
- Confeção de consultas, memorandos de entendimento, opiniões legais, notas técnicas, pareceres, relatórios e estatísticas;
- Atuação assistencial/beneficente (*pro bono*);
- Atendimento a autoridades e órgãos públicos, inclusive na obtenção de certidões, licenças e autorizações, em atenção à legislação brasileira;
- Efetuação de eventos, treinamentos, reuniões, vídeo ou teleconferências;
- Realização/perfazimento da segurança e controle de acesso físico e virtual às dependências, servidores e banco de dados do Escritório;
- Disponibilização de comunicações institucionais, boletins, *newsletters*, *clippings*, *mailings* e convites para eventos;
- Estabelecimento de canal/formulário de contato por meio de *website*;
- Referência dos serviços do Escritório em publicações jurídicas, anuários e na promoção de prospecção comercial;
- Recrutamento de profissionais e formação de banco de dados de candidatos a vagas, profissionais ou de aprendizado, estágio e prestação de serviços;

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

- Composição de banco de dados de fornecedores e prestadores de serviço.

3.2 A CALAZANS ROSSI somente realizará o tratamento de dados pessoais com o consentimento dos titulares, exceto nas hipóteses legais necessárias ou obrigatórias, em hipóteses indispensáveis, nos termos do art. 11 da LGPD:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da Lei nº. 9.307/1996 (Lei de Arbitragem);
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;
- g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º da LGPD e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

3.3 Em caso de tratamento de dados realizado com base no consentimento, é resguardado ao titular o direito de revogação formalizada, preservando-se a incolumidade e legalidade das operações de tratamento anteriores à exteriorização da manifestação de revogação.

3.4 O Escritório, pela observação de seu objeto social e em atenção às normas de *compliance*, ética e sigilo que regem as sociedades advocatícias, não comercializa os dados pessoais tratados. Estes dados podem, entretanto, ser compartilhados com agentes de tratamento terceirizados, para realização complementar dos serviços jurídicos, mantendo-se a obrigatoriedade de correlação entre a necessidade-finalidade de uso dos dados pessoais. Tais agentes externos estão vinculados, de forma inafastável, ao cumprimento dos próprios parâmetros de segurança da informação e privacidade de dados inerentes a atuação do Escritório e a esta Política.

4. CLÁUSULA QUARTA - DIREITOS DOS TITULARES

4.1 A CALAZANS ROSSI, ressalvadas as normas aplicáveis e a legislação específica, salvaguardando as obrigações éticas e a confidencialidade inerentes ao serviço advocatício, quando o Escritório figurar como controlador de dados, o titular poderá exercer os seguintes direitos listados no artigo 18 da LGPD:

- (i) confirmação da existência de tratamento;
- (ii) acesso aos dados;
- (iii) correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- (iv) anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- (v) portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

- (vi) eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses legais de conservação (art. 16, LGPD);
- (vii) informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- (viii) informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;
- (ix) revogação do consentimento, ratificados os tratamentos realizados sob amparo do consentimento anteriormente manifestado enquanto não houver requerimento de eliminação;
- (x) peticionamento em relação aos seus dados perante a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD ou perante os organismos de defesa do consumidor, se aplicável.
- (xi) oposição a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto na LGPD.

4.2 A CALAZANS ROSSI reserva-se no direito de solicitar informações, documentos e comprovações necessárias, acerca da identidade do titular de dados ou de seu representante legal devidamente constituído, para fins do exercício/atendimento dos direitos supracitados, exatamente em direção ao resguardo da segurança da informação e privacidade dos dados pessoais, evitando-se fraudes e exercícios ilegais/não autorizados.

4.3 O requerimento ou quaisquer solicitações relacionadas ao tratamento de dados pessoais deverá ser realizado por meio de correspondência eletrônica ao endereço dpo@calazansrossi.com.br.

5. CLÁUSULA QUINTA - ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

5.1 A CALAZANS ROSSI compromete-se em manter os dados pessoais apenas pelo tempo necessário para cumprir os propósitos e finalidades pelos quais foram coletados, conforme estabelecido nesta Política; para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória; para o exercício regular de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais; até a revogação expressa do consentimento do titular, conforme aplicável; assim como para demais finalidades previstas legalmente, para seu uso exclusivo, de forma anonimizada ou em situações que justifiquem o seu legítimo interesse.

5.2 A determinação da forma e duração do tratamento levará em consideração a natureza dos dados, a sensibilidade da informação, a necessidade de retenção e a finalidade do tratamento, mediante o envide de todos os procedimentos e medidas possíveis e razoáveis para a manutenção da confidencialidade e integridade, em ambientes seguros e com controle de acesso físico e virtual, em atendimento às melhores práticas de segurança da informação e à legislação aplicável, como exemplo a Lei nº. 12.965/2014 (Marco Civil da *Internet*).

5.3 O armazenamento é realizado por profissionais de Tecnologia da Informação - TI habilitados e qualificados, do Escritório ou terceirizados, em servidores próprios ou externos, inclusive mediante computação em nuvem (*cloud computing database*), no Brasil ou no exterior, sempre respeitando as normas previstas nesta Política e na legislação específica.

6. CLÁUSULA SEXTA - COMPARTILHAMENTO E TRANSFERÊNCIA

6.1 O compartilhamento e transferência de dados pessoais poderá ser realizado para o Brasil ou exterior, com intuito de propiciar a operacionalização dos serviços prestados pelo Escritório, nos limites que se fizerem necessários ao cumprimento da respectiva finalidade ou atendimento da respectiva ordem específica, conforme o caso, nas seguintes hipóteses:

- Fornecedores de *software*, serviços de hospedagem e domínio, armazenamento em nuvem (*cloud computing database*), outras tecnologias da informação e sistemas que ofereçam a gestão da informação (*enterprise resource planning*), de cadastros, compromissos e agendas, prazos e documentos (*document management system*), *newsletters*, folha de

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

pagamentos e recursos humanos, e viabilizem a consecução do objeto social e serviços advocatícios desempenhados;

- Agentes de tratamento de dados a serviço técnico-operacional em nome do Escritório, como correspondentes, substabelecidos, peritos, pareceristas, escritórios parceiros, auditores, contadores, tradutores, *courier*, agências de *marketing* e de recrutamento etc.
- Fornecedores de serviço de guarda interna ou externa de documentos físicos;
- Publicações jurídicas, anuários e afins, resguardando a confidencialidade das informações pessoais;
- Órgãos reguladores, autarquias e demais autoridades, órgãos e entes públicos, entidades jurídicas (judiciais, administrativas ou arbitrais), todos em cumprimento estrito das atividades do Escritório e em atenção a obrigação judicial, legal ou regulatória.

6.2 Na hipótese de compartilhamento ou transferência de dados pessoais para o exterior, a CALAZANS ROSSI compromete-se a adotar as medidas apropriadas de garantia à integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações, inclusive mediante celebração de contratos de transferência (*data processing agreement*) e assegura a contratação de terceiros que perfaçam altos níveis e padrões de segurança, em conformidade, no mínimo, à esta Política, à legislação de proteção de dados brasileira e, se possível, às normas internacionais aplicáveis no país/território de destino.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - MÉTODOS, SEGURANÇA E INTEGRIDADE

7.1 Os dados pessoais poderão ser tratados por meios eletrônicos, computadorizados ou manualmente, por pessoal autorizado. Em todos os casos a CALAZANS ROSSI zelarà pela integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações, por meio de recursos, medidas e procedimentos adequados a prevenir a alteração, cancelamento, eliminação,

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

acesso, difusão ou tratamento não permitidos, inadequados, ilícitos ou em dissonância com a finalidade de sua coleta.

7.2 Os acessos possuem restrição à disponibilidade dos dados, ante critérios e níveis de segurança que estão elencados, mas não se limitam a seguir:

- Controles de acessos físicos e lógicos, autenticação de usuários, criptografia e regras para acesso à *internet*;
- Limitação ao menor privilégio possível (*principle of least privilege*);
- Monitoramento de acessos às redes locais, de serviços e dispositivos corporativos, mediante termo de depósito;
- Prevenção e detecção de intrusão, antivírus, *firewall* e mecanismos de rastreabilidade;
- Manutenção de cópias de segurança (*backup*);
- Segmentação lógica das redes e de bases de dados.

7.3 O site utiliza certificado *Secure Socket Layer - SSL* que garante que os dados pessoais se transmitam de forma segura e confidencial, de modo que a transmissão dos dados entre o servidor e o usuário, e em retroalimentação, ocorra de maneira totalmente cifrada ou encriptada.

7.4 Os profissionais da CALAZANS ROSSI que possuem acesso aos dados coletados são informados sobre a natureza sigilosa, mediante assinatura de Termo de Confidencialidade (*non disclosure agreement*) além de manter compromisso de agir em conformidade com esta Política.

7.5 A utilização de todas as medidas e procedimentos informados visa atingir o maior nível técnico e operacional de segurança possível/viável. Para a garantia da segurança, serão adotadas soluções que levem em consideração as técnicas adequadas, os custos de aplicação, a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, e os riscos para os direitos e liberdades do usuário. Todavia, não há como se garantir a segurança absoluta dos dados, em razão da possibilidade de falhas em *hardware*, e uma vez que a atuação criminosa se desenvolve todos os dias, inovando as técnicas de violação informacionais.

7.6 A segurança e sigilo dos dados depende, ademais, da adoção de precauções pelo usuário ou titular, no uso de dispositivos eletrônicos e *softwares*, sobretudo os dotados de acesso à *internet* (recomenda-se o uso de antivírus, *firewall*, senhas de acesso complexas, entre outras medidas).

7.7 A CALAZANS ROSSI não se responsabilizará, destarte, por eventuais danos decorrentes de culpa exclusiva dos usuários, titulares e/ou terceiros, ou daqueles consequentes de divulgação incauta ou extravio direto ou indireto por mau uso de equipamentos, *softwares* ou do *website* do Escritório. Se aplica o disposto, inclusive, aos prejuízos provenientes de acidente, invasão, modificação ou quaisquer condutas não controladas pelo Escritório.

8. CLÁUSULA OITAVA - CRIANÇAS E ADOLESCENTES

8.1 Reserva esta cláusula especificamente para regular os casos em que o titular for menor de idade, ressaltando a imprescindibilidade na obtenção de consentimento expresso e inequívoco de um dos pais ou responsáveis para o tratamento de dados estritamente necessários e vinculados à finalidade e atividades legalmente destinadas, nos termos da LGPD. A CALAZANS ROSSI não faz avaliação etária, coleta ou recepção propositada de dados pessoais de menores.

9. CLÁUSULA NONA - COOKIES E DEMAIS DADOS DE NAVEGAÇÃO NA INTERNET

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

9.1 *Cookies* são arquivos de texto não-identificáveis, de tamanho ínfimo, armazenado pelo navegador por ocasião da visita a um determinado *website*. No sítio eletrônico do Escritório, são utilizados apenas três tipos de *cookies*, quais sejam: os (i) estritamente necessários; de (ii) desempenho ou analíticos; e os (iii) comportamentais/*marketing*. Ao manipulá-lo, o usuário reconhece o uso de acordo com as condições ora descritas. Caso deseje, o utilizador pode desativar tal armazenamento, ajustando as configurações no próprio navegador operado, com a comunicação de que, ao fazê-lo, o *website* pode não funcionar corretamente ou alguns recursos podem se tornar indisponíveis.

9.2 Os *cookies* utilizados são discriminados a seguir:

- (i) *Cookies* estritamente necessários: viabilizam a operação básica/necessária do *website*;
- (ii) *Cookies* de desempenho ou analíticos: registram os dados de uso para aprimoramento técnico-operacional, como dados de audiência ou tráfego;
- (iii) *Cookies* comportamentais ou de *marketing*: coletam informações relacionadas às preferências do usuário e sobre a sua interação com o conteúdo do *website*, de modo a avaliar a eficácia do conteúdo disponibilizado.

9.3 O *website* pode, eventualmente, dispor e possibilitar *links* para sítios eletrônicos de terceiros, com a finalidade de melhorar a sua experiência de informação, prestação de serviços ou navegação, que possuem suas próprias políticas de privacidade.

9.4 A CALAZANS ROSSI, neste sentido, não se responsabiliza pelo conteúdo ou pela regularidade das medidas de segurança de dados de terceiros. Recomenda-se, assim, a consulta às respectivas políticas para se informar sobre as práticas e medidas adotadas por estes em relação a segurança da informação e a privacidade de dados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DATA PROTECTION OFFICER - DPO)

10.1 O Encarregado consiste em pessoa indicada pelos controladores e operadores de dados pessoais para atuar como canal de comunicação entre todas as partes interessadas, sobretudo entre os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, nos termos do artigo 5º, VIII e do artigo 41 da LGPD (Lei nº. 13.709/2018).

10.2 O encarregado tem compromisso, nestes termos, com a obrigação de segurança, sigilo e confidencialidade no exercício de suas atribuições e, ainda, com a função de desempenhar importante papel de fomento e disseminação da cultura de proteção de dados pessoais na CALAZANS E ROSSI ADVOGADOS.

10.3 Para exercer o direito de privacidade ou fazer qualquer solicitação relacionada ao tratamento de dados, incluindo aquelas discriminadas na cláusula quarta desta Política, o contato com o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (*Data Protection Officer - DPO*) é o seguinte:

- Sr (a). **BEATRIZ RIBEIRO VIEGAS**, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº. 77.976, com endereço profissional do Escritório e cadastrada no endereço eletrônico dpo@calazansrossi.com.br.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES DA POLÍTICA

11.1 O uso do *website* ou o fornecimento de dados pessoais por quaisquer meios pressupõe a concordância com a presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

11.2 Com o compromisso de melhoria contínua, assente nas melhores práticas de gestão e governança corporativa, a CALAZANS ROSSI ADVOGADOS informa que esta Política pode ser atualizada para fornecer aos leitores e destinatários do presente normativo, maior

CALAZANS ROSSI

ADVOGADOS

segurança e sincronia com a legislação aplicável e com os procedimentos e medidas de privacidade mais modernos. Recomenda-se, por conseguinte, a consulta periódica a esta Política para verificação de eventuais alterações.

11.3 Esta política deve ser revisada anualmente ou a qualquer momento, se assim pretendida pela CALAZANS ROSSI ADVOGADOS, ou a critério legal, jurisprudencial ou doutrinário, a ser avaliado e adotado, eventualmente, pelo Escritório.

11.4 Esta Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais entra em vigor em **1º de novembro de 2023**.